

## ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES – CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 14 a 16/09/2011.

Aos 14 dias do mês de setembro de dois mil e onze, às nove horas e quarenta minutos, no Auditório do Ministério das Cidades, na cidade de Brasília, Distrito Federal, teve início a Trigésima Reunião Ordinária do Conselho das Cidades - ConCidades, com a pauta: **1. Abertura. 2. Tema de Conjuntura** – Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito, com o palestrante Aílton Brasiliense, Presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos. **3. Palestra** – Orçamento 2012 do Ministério das Cidades, com os palestrantes Octávio Bitencourt, Coordenador Geral de Orçamento do Ministério das Cidades e Alessandra Galiciani Martinello, Coordenadora Geral de Planejamento do Ministério das Cidades. **4. Reuniões dos Segmentos. 5. Reuniões dos Comitês Técnicos. 6. Plenária com relatos dos Comitês Técnicos. 7. Reuniões dos GT's. 8. Votação das resoluções.** Aberta sob a presidência do Ministro de Estado das Cidades, Mário Negromonte, estiveram presentes 118 conselheiros, sendo 58 titulares, 55 suplentes e 06 observadores. Os titulares foram representados por 02 conselheiros do Poder Público Federal, 02 conselheiros do Poder Público Estadual, 11 conselheiros do Poder Público Municipal, 21 conselheiros das Entidades de Movimento Popular, 06 conselheiros das Entidades Empresariais, 07 conselheiros das Entidades de Trabalhadores, 06 conselheiros das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 03 conselheiros das Organizações Não Governamentais. Após a composição da Mesa, o Ministro das Cidades, Mário Negromonte saudou os presentes, relatou as últimas iniciativas promovidas no sentido da valorização do Conselho das Cidades e anunciou os próximos pontos da sua agenda. **2. Tema de Conjuntura.** O palestrante Aílton Brasiliense iniciou sua palestra com dados para evidenciar o contexto de crescimento urbano acelerado que envolve os grandes problemas na mobilidade. Mostrou como ao longo do tempo, por falta de planejamento urbano, os custos tarifários do transporte coletivo têm sido crescentes porque as viagens são mais longas e as velocidades menores. Salientou ser necessária uma mudança cultural com relação à primazia conferida ao automóvel e a pouca importância dada ao planejamento urbano, do contrário as cidades serão cada vez mais poluídas e perigosas. Observou que são altíssimos o número de mortos e feridos no trânsito, porque o pacto vigente é o da impunidade, que precisa ser substituído pelo pacto da responsabilidade. Os acidentes, mortes e seus custos, têm a ver com a malandragem e a impunidade, e ainda por cima, a própria legislação não está a favor da preservação da vida, e as decisões judiciais acabam justificando a cultura da malandragem. O Pacto Nacional de Redução de Acidentes, foi proposto pela Organização Mundial de Saúde e encampado pelo Governo Brasileiro. O tripé fundamental para ser bem sucedido é gestão, fiscalização e educação, além das vias bem construídas, bem mantidas, bem sinalizadas e a segurança veicular. Terminada a palestra, Marcier Trombiere, Assessor Especial para Assuntos de Comunicação Social do Ministério das Cidades apresentou os vídeos da campanha Pare e Pense. Terminadas as palestras, representantes da Secretaria de Patrimônio da União - SPU solicitaram que cada segmento designasse para todos os estados e o Distrito Federal, seus representantes, titulares e suplentes, a fim de recompor os conselhos estaduais da SPU. **3. Palestra.** Alessandra Galiciani Martinello, Coordenadora Geral de

Planejamento do Ministério das Cidades detalhou (ver *power point* em anexos da 30ª Reunião do Concidades) a nova ordenação do PPA 2012-2015, citando cada programa, seus objetivos e as respectivas metas, bem como fontes e recursos, abordando o agregado até 2015. Em seguida foi ouvido Octávio Bittencourt, Coordenador Geral de Orçamento e Finanças do Ministério das Cidades, que expôs a proposta orçamentária do Ministério para o exercício de 2012 (ver *power point* em anexos da 30ª Reunião do Concidades). Esclareceu que para 2012 constam o PAC 1 e o PAC 2: o primeiro consiste na continuidade de projetos selecionados na gestão passada que ainda estão em andamento e o PAC 2, os novos projetos. Mostrou um quadro comparativo da Lei Orçamentária Anual e do Projeto de Lei Orçamentária, de 2011 e de 2012. Destacou que foi proposto para o Conselho das Cidades em 2012, cerca de um milhão e meio reais. O teto do valor distribuído para o Ministério é o mesmo que do ano atual. Não deve haver contingenciamento, a menos que haja um recrudescimento da crise. Em debate após as palestras, vários conselheiros manifestaram desacordo com os valores dos recursos dispostos no orçamento, e com as circunstâncias que envolveram a sua elaboração. Repudiaram especialmente os baixos valores alocados para a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, ressaltando a característica basilar de sua ação e que seus programas mais importantes foram inviabilizados. Acrescentaram que foram ignoradas as resoluções da 4ª Conferência Nacional das Cidades e as definições dos Comitês Técnicos do ConCidades. Ressaltou-se a ausência do Ministério do Planejamento para dar um retorno sobre as propostas para o PPA 2012-2015, encaminhadas por resoluções. A Coordenadora de Planejamento explicou que quase todas as resoluções foram encaminhadas para o Ministério do Planejamento, e a grande maioria está contemplada nos objetivos e nas metas dos Programas.

**6. Plenária com relatos dos Comitês Técnicos.** A Diretora do Departamento de Articulação Institucional da SNSA, Viviana Simon, relatou a questão em torno da Consulta Pública do Plansab. Foi colocado que a Consulta Pública deve ser aprovada pela Casa Civil, mas até o presente momento não há autorização. O encaminhamento foi de o Secretário de Saneamento remeter um ofício à Presidência da República solicitando uma manifestação, ou a devolução do processo ao Ministério das Cidades, para que este realize a Consulta Pública. Não ocorrendo a devolução ou manifestação até a data de acordada, far-se-á uma reunião na próxima semana com os membros do GTI Plansab, para adotar as providências necessárias. O Diretor de Planejamento Urbano da SNPU, Daniel Montandon, relatou que o Comitê aprovou a ideia da Secretaria de realizar uma chamada pública de experiências de implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, bem como o desenvolvimento de uma proposta de regulamentação do instrumento Estudo de Impactos de Vizinhança - EIV nos municípios. A Secretaria vai trazer um texto básico para ser discutido na próxima Reunião. O conselheiro Raul Carrion solicitou o envio prévio da documentação referente às propostas a serem apresentadas nos Comitês, e também, incluir no mapa da irregularidade urbana, os vazios urbanos. A Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães passou em seguida ao relato da reunião, em que o destaque foi a criação de um marco regulatório do reassentamento involuntário de famílias atingidas por obra de infraestrutura. Ele deve constituir um normativo para todo o Ministério das Cidades, estabelecendo um procedimento único para reassentar famílias prejudicadas por obras financiadas com recursos do Ministério. O objetivo é proporcionar garantias aos moradores atingidos, antecipando nos projetos as soluções para assegurar moradia digna. O Comitê de Habitação solicitou uma reunião inter-Comitês, para elaborar a redação final da Portaria. Nos debates que se seguiram, assinalou-se que existem situações realmente diferentes: a perspectiva de um reassentamento numa obra pública e aquele relacionado a um processo de regulação fundiária. Mas sempre existem tensões e

conflitos quando se vai fazer remoções. Então deveria se pensar o mesmo tipo de procedimento, ou seja, que a normativa seja aplicada em ambos os casos. O último relato foi iniciado pelo conselheiro Juarez Bispo, que resumiu o debate sobre a relação entre o Comitê de Mobilidade e a Secretaria de Mobilidade. O ponto mais polêmico foi a falta de detalhamento referente ao PAC das Grandes Cidades, já que pelo envolvimento do Ministério do Planejamento e da Casa Civil com o Programa, o Secretário não tinha autonomia para expor os projetos das prefeituras e Estados. Diante disso o Comitê, por unanimidade fez uma moção de repúdio que será submetida ao Plenário. Vários conselheiros protestaram, afirmando que o problema é recorrente nesse Comitê. Para o PAC da Mobilidade o Comitê não pôde contribuir com relação aos projetos e nem sequer os conheceu antecipadamente. O debate foi encerrado com uma proposta para que o tema central da próxima reunião do Conselho fosse a mobilidade na Copa, com participação de todos os órgãos envolvidos. Finalizado o ponto de pauta, o conselheiro Yure Lima reiterou a solicitação para que as reuniões dos Comitês durassem um dia inteiro. **8. Votação das resoluções.** O terceiro dia da Reunião, iniciou sob a coordenação do Secretário Executivo Roberto Muniz. O conselheiro Raul Carrion esclareceu que o Setor Público Estadual solucionou o equívoco referente às indicações do Segmento para o 4º Mandato. Seria feito um documento retificando a ata da Conferência e registrando os vinte e sete componentes, assinado pelos representantes dos Estados e das entidades do Poder Público Estadual. Em relação ao segmento dos Trabalhadores um representante do segmento informou que três indicações que foram encaminhadas de forma inadequada, foram corrigidas. Foi solicitado que constasse na Ata de Posse a relação completa e corrigida dos conselheiros do 4º Mandato. Em seguida a ata da 29ª Reunião foi aprovada. O Secretário Executivo, Roberto Muniz, informou que na noite anterior houve uma reunião entre representantes de cada segmento e o Ministro das Cidades, na qual foram colocadas algumas reivindicações. Relatou que o Secretário da Mobilidade, Luiz Carlos Bueno, manteve entendimentos com o governo e garantiu a apresentação de todos os projetos do Programa das Grandes Cidades ao Comitê. A conselheira Mércia Alves observou que, embora tenha sido importante o encontro com o Ministro, o pleno já havia definido não haver reuniões paralelas para não prejudicar o quorum e o andamento das decisões do Conselho. Passando, em seguida, para votação das resoluções, veio à baila as dificuldades com a Conjur e a reivindicação da sua presença neste momento. Alguns conselheiros propuseram que as resoluções discutidas e aprovadas no Plenário fossem publicadas sem o parecer da Conjur, e que nas próximas reuniões do Conselho um membro participasse, conforme estabelece o regimento. Argumentou-se que muitas resoluções são indeferidas por uma leitura equivocada, interferindo no conteúdo com análises do tipo: “não tem orçamento para esta ação”, quando deveria ater-se às questões legais. Tudo isto poderia ser evitado se houvesse um diálogo prévio com a Conjur. Outro aspecto levantado foi que o conteúdo total de um parecer que veta uma resolução tem que ser levado ao Conselho, porque muitas vezes a avaliação do mérito não é técnica, e sim política, que é a matéria do Conselho. A Secretária-Executiva do Conselho das Cidades, Marta Morosini esclareceu que em reunião da Coordenação Executiva, o Consultor Jurídico do Ministério informou que todos os atos assinados pelo Ministro passam pela Conjur, sejam resoluções do Conselho ou qualquer outro. Explicou que mesmo com a presença de um advogado no momento de elaboração da resolução, não poderia ser emitido um parecer conclusivo, porque o procedimento é regulamentado pela AGU. Enfim, não seria possível atender à demanda do Conselho. O conselheiro André Queiroz lembrou o procedimento regimental da Secretaria Executiva do Conselho convocar um membro de cada segmento, da Conjur e de cada Secretaria para

participar da reunião que organiza as resoluções aprovadas nos Comitês que estão sendo encaminhadas ao pleno. O conselheiro Orlando Junior se posicionou contrário a que as resoluções fossem publicadas sem passar pelo setor jurídico, visto que resolução tem que ter força de lei e ser assinada pelo Ministro. A conselheira Henriqueta Arantes resumiu o encaminhamento final sobre a questão: a Conjur deveria estar presente nas reuniões, mas nunca esteve. O Secretário Executivo, representando o Ministro, reconheceu essa falha e se comprometeu a resolvê-la. Por outro lado, não é possível a nenhum advogado da Conjur, se manifestar no decorrer da reunião, porque isto é tecnicamente impossível, pois ele tem que pesquisar o enquadramento legal da resolução. O possível é estabelecer um prazo máximo de análise das resoluções, e também, a Coordenação Executiva fazer um confronto dos pareceres da Conjur e deliberar sobre o ajuste da resolução ou a sua inviabilidade e, por meio da Secretaria Executiva do Conselho encaminhar a todos os conselheiros um relatório detalhado dos fatos. O Secretário Executivo Roberto Muniz sugeriu uma reunião com a Conjur para discutir o encaminhamento. Após o debate, a conselheira Bartíria Lima fez um histórico do processo que levou à Proposta do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, salientando a importância do momento. Relatou que na última reunião foi estabelecido um prazo para que as entidades pudessem fazer contribuições, e na 20ª Reunião do GT Sistema as contribuições foram sistematizadas e incluídas na Proposta. Esclareceu que ela mantém um caráter preliminar, pois certamente ainda vai sofrer muitos ajustes, já que será examinada por outros ministérios que também intervêm na política de desenvolvimento urbano. Solicitou que houvesse uma pactuação no sentido de que fossem feitas um mínimo de alterações, visto o longo caminho que se apresenta para a tramitação da proposta - ministérios, Presidência, audiência pública e Congresso Nacional. Em seguida, o conselheiro Nelson Saule passou à apresentação da Proposta, explicando sua estrutura, articulações e possíveis ajustes. Pactuou-se que primeiro seriam feitos os destaques ao Projeto de Lei e depois à proposta de resolução. Após a votação dos destaques, o conselheiro Nelson Saule explicou que ainda faltava um artigo com disposições transitórias, que colocassem um prazo para essas medidas fossem tomadas e adotadas. O Pleno aprovou esta norma no texto e o prazo de transição de dois anos. Em seguida, foi feita a leitura da resolução encaminhando a Proposta. O conselheiro Miguel Lobato observou que, por ser uma resolução interna do Conselho para o Ministério das Cidades, fosse substituída a palavra “recomenda” por “delibera”. Ainda sobre a ementa, o Secretário Executivo Roberto Muniz lembrou que era preciso definir quais seriam os ministérios convidados a fazer parte do ciclo de tramitação da Proposta, pois este caminho tem que ser percorrido antes de chegar à Presidência da República. A conselheira Marli Carrara chamou a atenção para a extrema urgência do anteprojeto chegar à Presidência. A fim de contemplar a preocupação do Secretário Executivo para que os ministérios afins não se sentissem excluídos da discussão, optou-se por designar um pequeno grupo para fazer uma adequação na redação da resolução, conciliando uma tramitação que pudesse chegar logo à Presidência, sem negligenciar a articulação política com os ministérios. O conselheiro Whelton Pimentel colocou em votação as emendas, que foram aprovadas em bloco. Passou-se à 2ª proposta (ver no anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 123) referente à participação social na elaboração dos Planos de Saneamento e de Resíduos Sólidos. Foi solicitada a inclusão de um terceiro considerando e outros acréscimos. A resolução foi aprovada com as modificações solicitadas, com uma manifestação contrária e uma abstenção. Ao início da discussão da 3ª proposta, recomendando ao Ministério das Cidades a incorporação do Conselho ao Seminário Internacional dos 10 anos do Estatuto das Cidades, (ver no anexo RESOLUÇÃO

RECOMENDADA Nº 125), discutiu-se sobre a conveniência de manter a Resolução, já que estava garantida a participação do Concidades no evento. Deliberou-se que a proposta de resolução não seria retirada, porque o Conselho não foi ouvido para a organização do Seminário. A proposta foi aprovada, com uma abstenção. A 4ª proposta (ver no anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 122) manifesta repúdio à decisão imposta pelo Comitê Gestor do PAC, proibindo a divulgação de projetos de estados e municípios. O Secretário Nacional da Mobilidade, Luiz Carlos Bueno, ponderou que neste caso já houve autorização da Presidência da República para a divulgação das informações, que serão apresentadas no dia 5 de outubro ao Comitê Técnico, conforme já combinado com membros do Conselho. Solicitou, portanto, a retirada da resolução. O conselheiro Miguel Lobato mostrou posição contrária, visto que a posição de não apresentar os projetos não foi do Ministério das Cidades, mas sim do núcleo do Governo. O Secretário Executivo Roberto Muniz ponderou que a dificuldade foi causada por falha de comunicação, e que logo foi reconsiderada. O conselheiro Miguel Lobato, então, propôs retirar o Art. 1º - do repúdio, e o 2º. O conselheiro Nazareno enfatizou que o problema é antigo, e, portanto, ficasse comprometido não haver impedimento à participação do Comitê na reunião extraordinária. Solicitou, também que as audiências públicas fossem locais. O Secretário Executivo Roberto Muniz concordou em incorporar como um dos pontos de responsabilidade para implantação de investimentos a realização de audiências públicas na base. Para tanto e solicitou que os Secretários Nacionais regulassem a questão em suas pastas. O Secretário Nacional da Mobilidade, Luiz Carlos Bueno declarou que daí em diante as informações chegarão sempre para o Comitê Técnico e o Plenário. O Plenário aprovou as alterações pactuadas. A quinta proposta (ver no anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 127), recomenda o estabelecimento de procedimentos que garantam direito à moradia em empreendimentos que envolvam recursos oriundos de programas federais. Alguns conselheiros pediram a supressão do Minha Casa Minha Vida no art. 1º, argumentando que o Programa não implica remoções. Outros conselheiros explicaram que este Programa foi incluído porque muitas vezes está sendo utilizado para reassentamento. Após o debate, o Pleno votou inclusões e supressões no texto. A sexta proposta (ver no anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 124) recomenda à Secretaria Nacional de Programas Urbanos que adote como universo de apoio a totalidade dos municípios brasileiros. Ponderou-se que, face à obrigatoriedade de apoiar municípios priorizados por lei, a escassez de recursos da SNPU vai fatalmente eliminar os municípios mais vulneráveis. Propôs-se a manutenção do texto, com acréscimo de recursos para a SNPU. O texto foi aprovado. A sétima proposta (ver no anexo RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 126) recomenda medidas que garantam controle de impactos urbanos em obras como o PAC e o programa Minha Casa Minha Vida, tomando por base o EIV. Foi solicitada a supressão do programa Minha Casa Minha Vida no art. 1º, visto que a exigência do EIV pode fragilizar projetos voltados para população de baixa renda em áreas nobres, que enfrentam forte pressão contrária. O conselheiro Luiz Constante mostrou que pode acontecer o inverso, ou seja, que o EIV impeça que sejam contratados projetos em áreas sem serviços nem infraestrutura. O Plenário votou pela exclusão do Minha Casa Minha Vida, com adequações no texto. Após a última deliberação, retornou ao Plenário a Resolução que encaminha a proposta do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, depois de ajustada a redação com os destaques anteriormente solicitados. Após a leitura o texto foi aprovado, assim como a inclusão do parágrafo único, que incumbe ao Ministério das Cidades fazer as articulações políticas com os demais ministérios. Por fim, o Plenário aprovou o conjunto formado pelo Projeto de Lei e a Resolução que o encaminha. Seguiram-se

encaminhamentos finais. O Secretário Executivo Roberto Muniz informou que a portaria interministerial sobre as últimas normativas para o Minha Casa Minha Vida 2 já foi encaminhada e será em breve publicada; quanto ao Plansab ainda estão em andamento entendimentos com a Casa Civil para a restituição do Plano ao Ministério; e sobre as seleções do FNHIS, solicitou a identificação dos projetos atrasados para que a Secretaria Nacional de Habitação se pronuncie sobre a situação de cada projeto. Depois disto, o conselheiro Whelton Pimentel informou que a Ata do segmento do Poder Público Estadual chegou à Mesa. O conselheiro Clóvis Nascimento propôs que se até 21 de setembro o Plansab não tiver retornado da Casa Civil, que se reúna o GTI para que se providenciar discuta uma solução. A conselheira Mércia Alves solicitou à Secretaria Executiva para a publicação e a divulgação das Resoluções da 4ª Conferência no site do Ministério. O conselheiro Iramar Cardoso solicitou uma posição sobre a Resolução Recomendada que cria no PPA 2012-1015 o macrodesafio da política urbana e seus objetivos, e que o Ministério das Cidades aja junto ao Ministério do Planejamento para que até a próxima revisão do PPA seja feita esta alteração. A conselheira Henriqueta Arantes relatou a decisão da Coordenação Executiva de propor um regulamento para os GTs, e propôs que cada GT fizesse um planejamento e que colocasse em discussão via internet. O conselheiro Raul Carrion propôs que a Executiva junto com o Ministério buscasse uma reunião com a Casa Civil para discutir o papel do Conselho, sua responsabilidade do Ministério, nas questões urbanas. O conselheiro Marco Antônio Alves lembrou que o Comitê Técnico de Habitação deliberou a ativação do GT de Assistência Técnica, e solicitou à Secretaria, fazer o agendamento e a programação. O Secretário Norman Oliveira encerrou a reunião, desejando uma feliz viagem.

---

Mário Negromonte  
Presidente do Conselho das Cidades